

VIGILÂNCIA COM, PARA ALÉM E CONTRA O CORPO BIOMÉTRICO

Ece Canli

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Pedro J. S. Vieira de Oliveira

Sound Studies and Sonic Arts Department, Universität der Künste Berlin, Berlim, Alemanha

A vigilância emerge como uma das questões mais controversas do século XXI, nos domínios ético, sociopolítico, jurídico e tecnológico. A sua persistente relevância nos média e na teoria crítica não só tem alimentado longos debates nos campos dos novos média e dos estudos dos média, como também impulsionado a formação de novos domínios académicos, por exemplo os estudos da vigilância (Ball et al., 2012; Monahan & Wood, 2018), assim como géneros mais experimentais como a arte de vigilância, que reflete e refrata lógicas de controlo — também conhecida como “artveillance” (Brighenti, 2010; Monahan, 2017). As narrativas dominantes, sejam governamentais ou corporativas, tendem a enquadrar as tecnologias de vigilância numa perspetiva tecno-humanista. Celebram o seu potencial para agilizar experiências de consumo no comércio, otimizar o tráfego e as infraestruturas urbanas, aumentar a produtividade no trabalho, melhorar a segurança pública e prevenir o crime. No entanto, esta visão utópica obscurece as profundas assimetrias que tais tecnologias perpetuam. Como argumentam académicos críticos e ativistas de direitos humanos, a utilização desses dispositivos e sistemas representa ameaças significativas não só para indivíduos, mas também para comunidades inteiras — em especial aquelas que são constantemente monitorizadas, visadas, perfiladas e criminalizadas com base em raça, género, classe, sexualidade, capacidade, origem migratória ou condição legal (Browne, 2015; Kafer & Grinberg, 2019; Keshavarz, 2024; Saltes, 2013). Tais regimes de controlo levantam, ainda, preocupações quanto à erosão da privacidade, ao uso indevido de dados pessoais, ao risco de identificação errada e à limitação da liberdade de expressão sob constante vigilância. E vão mais além: arriscam intensificar a cultura do medo, criar condições de hipervisibilidade e minar a dignidade, a liberdade e o direito à opacidade.

A introdução da biometria em questões de vigilância torna os danos anteriormente mencionados não só mais íntimos como também mais abrangentes. Corpos deixam de ser apenas observados; passam a ser escaneados, extraídos, indexados e transformados em pontos de dados dentro de uma lógica tecnopolítica que se alimenta da classificação e da prescrição. Este poder preemptivo, atribuído maioritariamente pela Europa, Israel e os Estados Unidos à tarefa da medição, não se limita apenas a aplicações instrumentais com *scanners*, leitores, cartões e outras tecnologias que “governam a mobilidade” (Amoore, 2006). Manifesta-se também em acordos sociais e coletivos mais amplos sobre categorias e o direito ao pertencimento. Assim, estas tecnologias, desenvolvidas e implementadas em grande parte no chamado Norte Global, expandem as fronteiras

para muito além de seu delineamento físico, governando não só a mobilidade, mas também a possibilidade da sua existência no chamado Sul Global. Tais dinâmicas, constantemente encenadas, assumem formas como a vigilância entre pares, perflagem racial e étnica e exclusão, estendendo-se para além das fronteiras e infiltrando-se em espaços como controlos de segurança em aeroportos, estações ferroviárias e de metro, ruas e pontos turísticos, escritórios públicos e locais de trabalho. Penetram, ainda, nas esferas culturais como o cinema, a televisão e a música. Em muitas cidades do Norte Global, *slogans* e campanhas públicas como “Algo suspeito?” (por exemplo, em aeroportos e estações na Bélgica e em França) ou “See something, say something” (por exemplo, visível nos transportes públicos do Reino Unido e dos Estados Unidos) exemplificam como a vigilância mobiliza as práticas quotidianas em direção à suspeita. Estas rotinas renegociam constantemente as formas pelas quais os corpos se tornam “inscritos com, e [marcados por] uma travessia contínua de múltiplas fronteiras codificadas – sociais, legais, de género, racializadas, entre outras” (Amoore, 2006, p. 337). Esta renegociação constante depende intrinsecamente da produção de instabilidade, legitimando, assim, a necessidade de vigilância permanente. Na medida em que estes processos se informam mutuamente de modo dialógico, acabam por reificar e sedimentar categorias binárias como criminoso/não criminoso, desejado/indesejado, legítimo/ilegítimo, e merecedor/não merecedor, tratando corpos como pontos sem uma origem rastreável. Ao fazê-lo, obscurecem os fatores sociais, culturais, políticos e históricos que determinam, desde logo, os critérios para a existência dessas categorias. Neste arranjo, a ideia de cidadania torna-se um apelo à ação, onde “se pede aos indivíduos que estejam vigilantes, mas sem lhes dizer contra o quê devem estar vigilantes; assim, todos são livres para imaginar e identificar a origem do terror” (Butler, 2004/2016, p. 39).

Estas lógicas e seus debates intensificaram-se significativamente com a ascensão acelerada da inteligência artificial (IA), da análise preditiva e da coleta ubíqua de dados (também conhecida como *big data*), a par da crescente amplitude de informações constantemente monitorizadas por organizações públicas e privadas, a ponto de os corpos e os seus dados se terem tornado a principal moeda de uma máquina onnipresente. Atualmente, as tecnologias de vigilância vão muito além das câmaras de videovigilância e dos sistemas de geolocalização. Um dos exemplos mais recentes e alarmantes é o uso de rastreamento de dados baseado em IA pela ocupação israelense para organizar e segregar cidadãos palestinos em zonas denominadas como “seguras” e “inseguras”; uma infraestrutura utilizada para regular a mobilidade e justificar os bombardeamentos em massa em Gaza, amplamente documentados desde 2023 (Abraham, 2023; Nemitz, 2024). A isto pode-se somar: *drones* que monitorizam locais de difícil acesso e patrulham fronteiras dos Estados-nação através de controlo vertical e aéreo (Steyerl, 2011; Weizman, 2002); *scanners* biométricos que medem características corporais como impressões digitais, padrões da íris ou timbres vocais para efeitos de identificação, origem e controlo de acesso; sistemas de reconhecimento facial que utilizam algoritmos para identificar indivíduos em sistemas de segurança, aeroportos e espaços públicos; ferramentas de mineração de dados e análises que extraem informação pessoal a partir de comportamentos

de consumo e interações nas redes sociais; sensores inteligentes que detetam movimento, som ou temperatura, frequentemente integrados em casas inteligentes e redes de vigilância urbana; câmaras corporais utilizadas por agentes da autoridade e pessoal de segurança para gravar interações com civis; tecnologias de reconhecimento de fala e dialeto que medem probabilidades de origem e condição de cidadania em processos de asilo; e dispositivos de vigilância eletrónica que monitorizam indivíduos 24 horas por dia em regime de prisão domiciliária preventiva ou liberdade condicional, expandindo assim o controlo penal aos espaços domésticos e públicos (Canlı, 2023). Esta “assemblage de vigilância” onnipresente (Haggerty & Ericson, 2003), na qual uma rede descentralizada de tecnologias e práticas de vigilância monitoriza, analisa e atua coletivamente sobre os dados pessoais, torna cada corpo hiper-visível. Não existe um “exterior” a este aparato.

Para além disso, é igualmente importante sublinhar que uma excessiva dependência desses sistemas enquanto provedores de segurança e comodidade acarreta o risco de reduzir a supervisão humana e o pensamento crítico nos processos de tomada de decisão, permitindo, em última instância, que o olhar vigilante penetre não só os espaços físicos e digitais, mas também os próprios limites do corpo. Espelhando — e ao mesmo tempo expandindo — outras formas disseminadas de regulação social, os impactos materiais e discursivos das tecnologias de vigilância posicionam o corpo como um aparato sociopolítico — e, poder-se-ia argumentar, sociotécnico. Dentro desse paradigma emergente do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2019), no qual os dados pessoais são incessantemente mercantilizados, os corpos, os comportamentos e as relações sociais são moldados de formas tão profundas que exigem análises e críticas em constante evolução e com múltiplas camadas. Para além destas preocupações imediatas, um número crescente de estudos tem sublinhado a continuidade histórica que liga práticas contemporâneas de vigilância a tecnologias de racialização, classificação e desapropriação — desde os sistemas coloniais de governança e o comércio transatlântico de escravizados até à segregação racial (ver, por exemplo, Amaro, 2022; Benjamin, 2019; Browne, 2015; Vieira de Oliveira & Miyazaki, 2022). Tais continuidades nos recordam que as infraestruturas de vigilância atuais não são sistemas de observação neutros; muito pelo contrário, herdaram e reproduzem regimes de poder que há muito tornam certos corpos mais visíveis, mensuráveis e governáveis.

Traçar a historicidade da vigilância da alteridade revela que a biometria não é apenas uma ferramenta para ler a diferença, mas também um mecanismo para definir de que modo essa diferença pode ser usada como fundamento para a exclusão categórica e política. As tecnologias biométricas não constituem meramente práticas de legibilidade e deteção; elas próprias são constituídas por processos históricos nos quais a legibilidade e a deteção do corpo são definidas *a priori* — ou seja, a biometria “é constituída pelas práticas envolvidas na sua utilização” (Murray, 2007, p. 349). É importante salientar que essas tecnologias não operam num vácuo político distinto da sociedade civil; suas ações e efeitos contribuem para moldar os entendimentos dominantes sobre espaços públicos e privados, bem como sobre a mobilidade e a imobilidade dentro e para além desses espaços. As técnicas utilizadas para documentar e descrever sujeitos

racializados inserem-se num contínuo histórico de práticas concebidas para tornar o corpo racializado legível, visível e culpável perante o poder do Estado (Browne, 2015, pp. 65–74). Observações coloniais, medições e taxonomias, por exemplo, são princípios formativos das ciências naturais europeias do século XIX (Ochoa Gautier, 2014). Já em meados do século XV, passaportes foram introduzidos na Europa para regular a mobilidade das “classes pobres e desfavorecidas (...), suspeitas de portar doenças contagiosas, de serem desocupadas ou de estarem envolvidas em comércio ilícito, entre outras” (Keshavarz, 2019, p. 23). Registos mantidos por proprietários de pessoas escravizadas demonstram um léxico de descritores corporais usados para assinalar a alteridade, como cor da pele, marcas de nascença, “substantivos de género (...) raça e local de nascimento (...) ou referências a determinados trabalhos realizados [ou] a um corpo tornado incapacitado por esse mesmo trabalho” (Browne, 2015, p. 75). De forma semelhante, anúncios em jornais sobre pessoas escravizadas que fugiam nos Estados Unidos utilizavam esses mesmos descritores para facilitar sua identificação por outros sujeitos brancos (Browne, 2015). Mesmo a dactiloscopia, muitas vezes imaginada como uma inovação forense neutra, foi inicialmente introduzida e institucionalizada pelo Império Britânico na Índia colonial “em resposta ao problema de administrar um império vasto com um corpo reduzido de funcionários civis, superados em número por nativos [sic] hostis” (Cole, 2002, p. 63). A validação epistémica destas práticas enquanto científicas não apenas ajudou a naturalizar sistemas de exclusão ao fazê-los parecer observáveis, mensuráveis e objetivos, como também os tornou possíveis apenas através do olhar e da escuta do observador ocidental educado e culto — posicionado simultaneamente como árbitro da diferença e garantidor do conhecimento.

Em conjunto, estas genealogias recordam-nos que a vigilância não é apenas uma infraestrutura tecnológica, mas também um sistema historicamente enraizado na produção de conhecimento que condiciona a forma como a diferença é vista, lida e governada. Neste enquadramento, este número temático oferece uma perspetiva situada nos debates contemporâneos, ao mesmo tempo que identifica possíveis direções para mudanças discursivas e metodológicas dentro e para além das fronteiras disciplinares. A nossa chamada de propostas partiu de questões deixadas em aberto: de que forma os sistemas históricos e contemporâneos de vigilância, gestão e controlo moldam o corpo — não apenas no plano físico, mas também cognitivo, social e político? Quais são os principais desafios éticos e implicações para os direitos humanos colocados por estes sistemas? De que modo reproduzem ou desestabilizam estruturas de poder dominantes? Como é que a raça, o género, a classe e a condição de cidadania influenciam a aplicação e o impacto destas tecnologias? E, mais ainda, que tipos de estratégias criativas, articulações inovadoras e intervenções heterodoxas podemos imaginar para proteger as nossas privacidades, sustentar as nossas opacidades e reclamar os nossos dados perante regimes de extrativismo digital? Ao abrir o espaço deste número — e, de forma mais ampla, o da publicação académica — a abordagens especulativas e situadas da vigilância, procurámos dar destaque às articulações materiais do controlo, tal como são vividas por indivíduos alvo de perfilação sob e contra os aparelhos estatais e corporativos. De igual modo, convidámos contribuições que não apenas criticaram ou expuseram os sistemas

de vigilância, mas que também propuseram estratégias criativas, resistentes ou fugitivas para reimaginar as possíveis relações entre corpos, dados e visibilidade.

Os artigos incluídos neste número, “Vigilância com, Para Além e Contra o Corpo Biométrico”, respondem a estas provocações a partir de múltiplas direções — atravessando geografias, disciplinas e epistemologias — da sociologia e dos estudos da comunicação às artes visuais. Por exemplo, a contribuição de Laura Neiva, “Entre os (Muitos) Sentidos de *Big Data*: A História, a Vigilância, o Controlo e a Criminalização”, explora como a vigilância algorítmica contemporânea não representa uma rutura com o passado, mas ainda antes uma reconfiguração de mecanismos de controlo já existentes. Através de uma leitura histórica dos estudos sobre vigilância, o artigo traça como as dinâmicas sociotécnicas e securitárias moldaram práticas de monitorização e categorização dos corpos. Neiva prepara o terreno para uma compreensão de como as narrativas tecno-otimistas justificam a expansão das infraestruturas de vigilância, tanto massiva como direcionada, e um modelo de segurança baseado na suspeição coletiva. Focando-se particularmente no contexto português, a autora mostra como essas tecnologias refletem uma aspiração mais ampla de modernização das práticas policiais e de investigação criminal, frequentemente à custa de um escrutínio crítico e de mecanismos democráticos de controlo. O artigo alerta para os perigos éticos e políticos de processos de tomada de decisão automatizados e opacos, apelando ao debate público, à criação de mecanismos de regulação e à resistência à governação algorítmica como forma de salvaguardar direitos fundamentais e prevenir o reforço de desigualdades estruturais.

Como reabertura, o artigo de Paulo Victor Melo, “Tecnovigilância e Potenciais Discriminatórios: Análise Sobre Propostas de Uso de Tecnologias na Segurança Pública nas 15 Cidades Mais Populosas do Brasil”, analisa a banalização da tecno-vigilância nas maiores cidades brasileiras, observando, por um lado, o aumento da implementação de tecnologias de reconhecimento facial por parte de prefeitos e outros órgãos governamentais no espaço público e, por outro, a ausência de transparência quanto ao alcance do seu uso e ao tratamento dos dados coletados. A análise qualitativa demonstra como o uso excessivo do poder discursivo da tecnologia — enquanto promotora de segurança e combate ao crime — aliado à inexistência de um órgão regulador para a sua utilização, leva ao uso indevido e ao abuso dessas tecnologias de vigilância, não apenas no que diz respeito ao direito à privacidade, mas também à sua aplicação discriminatória sobre grupos populacionais historicamente vulneráveis e racializados no país. O artigo apela a um questionamento crítico da noção de “modernização” promovida por agentes públicos quando se referem às tecnologias de vigilância, bem como à implementação de políticas orientadas para a transparência no seu uso.

Deslocando ligeiramente o foco dos factos para as representações, das ciências sociais para as artes, o artigo de Jenna Altomonte, “Passaporte, Por Favor!”: Resistência Subversiva no Posto de Controlo”, examina como três artistas contemporâneos (Mahmoud Obaidi, Nadia Gohar e Khaled Jarrar) criticam o perfilhamento racial, étnico e religioso nos regimes globais de mobilidade, em particular, nas infraestruturas de segurança aeroportuária e fronteira. Através de instalações, imagens satíricas de passaportes e documentos de viagem fabricados, estes artistas expõem a forma como os aparelhos

estatais — especialmente os baseados em tecnologias biométricas e inteligência artificial — impõem controlo corporal, marginalização e vigilância sob o pretexto da segurança. Altomonte enquadra essas obras como respostas simultaneamente críticas e resistentes à securitização da identidade no pós-11 de setembro, argumentando que até os artefactos mais banais, como os bilhetes de inspeção da bagagem da Transportation Security Administration (Administração de Segurança dos Transportes), revelam uma cultura onde a suspeição e o perfilamento figuram como noções profundamente enraizadas. Seu artigo questiona, em última análise, como poderia ser um verdadeiro “céu justo” num mundo cada vez mais governado pela vigilância automatizada e pela tomada de decisões algorítmica.

Escrito com uma abordagem inteiramente tecnológica aliada aos métodos artísticos, a contribuição de Moana Ava Holenstein, “Eu te Ouço: Sobre o Conhecimento Humano e a Inteligência Vocal”, demonstra como o aumento do uso de grandes modelos linguísticos na operacionalização da vida quotidiana não diz respeito apenas à quantidade de dados recolhidos e processados pelas megacorporações tecnológicas, mas também a formas novas e ainda não imaginadas de vigilância, classificação e segmentação de indivíduos por sistemas automatizados. As estreitas ligações entre tecnologias de controlo e a possibilidade da sua automatização através da IA já foram discutidas nesta nota introdutória. Contudo, as práticas artísticas podem servir como terreno de experimentação e tela aberta para ensaiar novos modos de abordar, questionar, criticar e, em última instância, resistir ao que poderá tornar-se realidade mais cedo do que tarde. Este artigo experimental, elaborado e conduzido em formato de entrevista pela autora, é tanto uma demonstração como um alerta sobre o que os grandes modelos linguísticos poderão saber sobre nós, sobre si próprios, e sobre as possíveis conexões que podem estabelecer connosco e em nosso nome. Para tais práticas, termos como “vigilância” ou “biometria” poderão não ser suficientes; novos termos terão de ser inventados.

Por último, mas não menos importante, a recensão da exposição de Ana Carvalho intitulada “*Being Undetectable* (2016): O Direito a Momentaneamente Não Existir” aborda a vigilância digital através da lente da arte especulativa. Colocando em destaque a instalação *Being Undetectable* (2016), de Peter Hudson, a autora reflete sobre como momentos de opacidade, silêncio e autoapagamento podem esculpir refúgios temporários à captura algorítmica. Através do filme, da teoria e da instalação, convida os leitores a imaginar uma política do desaparecimento no seio de regimes hipervisíveis.

Tradução: Ece Canlı

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do financiamento do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) 2025–2029.

REFERÊNCIAS

- Abraham, Y. (2023, 30 de novembro). 'A mass assassination factory': Inside Israel's calculated bombing of Gaza. +972 Magazine Online. <https://www.972mag.com/mass-assassination-factory-israel-calculated-bombing-gaza/>
- Amaro, R. (2022). *The black technical object: On machine learning and the aspiration of black being*. Sternberg Press.
- Amoore, L. (2006). Biometric borders: Governing mobilities in the war on terror. *Political Geography*, 25(3), 336–351. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2006.02.001>
- Ball, K., Haggerty, K., & Lyon, D. (Eds.). (2012). *Routledge handbook of surveillance studies*. Routledge.
- Benjamin, R. (2019). *Race after technology: Abolitionist tools for the new Jim code*. Polity.
- Brighenti, A. M. (2010). Artveillance: At the crossroad of art and surveillance. *Surveillance & Society*, 7(2), 137–148. <https://doi.org/10.24908/ss.v7i2.4142>
- Browne, S. (2015). *Dark matters: On the surveillance of blackness*. Duke University Press.
- Butler, J. (2016). *Precarious life: The powers of mourning and violence*. Verso. (Trabalho original publicado em 2004)
- Canlı, E. (2023). Rethinking carceral domesticity: Electronic monitoring, punishment and home as prison. *PAD: Pages on Arts and Design Journal*, 16, 121–147.
- Cole, S. A. (2002). *Suspect identities: A history of fingerprinting and criminal identification*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674029682>
- Haggerty, K. D., & Ericson, R. V. (2003). The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, 51(4), 605–622. <https://doi.org/10.1080/00071310020015280>
- Kafer, G., & Grinberg, D. (2019). Editorial: Queer surveillance. *Surveillance & Society*, 17(5), 592–601. <https://doi.org/10.24908/ss.v17i5.13541>
- Keshavarz, M. (2019). *The design politics of the passport: Materiality, immobility, and dissent*. Bloomsbury.
- Keshavarz, M. (2024). Smuggling as a material critique of borders. *Geopolitics*, 29(4), 1143–1165. <https://doi.org/10.1080/14650045.2023.2268528>
- Monahan, T. (2017). Ways of being seen: Surveillance art and the interpellation of viewing subjects. *Cultural Studies*, 32(4), 560–581. <https://doi.org/10.1080/09502386.2017.1374424>
- Monahan, T., & Murakami Wood, D. (Eds.). (2018). *Surveillance studies: A reader*. Oxford University Press.
- Murray, H. (2007). Monstrous play in negative spaces: Illegible bodies and the cultural construction of biometric technology. *The Communication Review*, 10(4), 347–365. <https://doi.org/10.1080/10714420701715415>
- Nemitz, N. (2024, 9 de abril). „Es braucht dringend klare verbote und vorschriften“. Netzpolitik.org Online. <https://netzpolitik.org/2024/autonome-waffensysteme-es-braucht-dringend-klare-verbote-und-vorschriften/>
- Ochoa Gautier, A. M. (2014). *Aurality: Listening and knowledge in nineteenth-century Colombia*. Duke University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11smfj3>

- Saltes, N. (2013). 'Abnormal' bodies on the borders of inclusion: Biopolitics and the paradox of disability surveillance. *Surveillance & Society*, 11(1/2), 55–73. <https://doi.org/10.24908/ss.v11i1/2.4460>
- Steyerl, H. (2011). In free fall: A thought experiment on vertical perspective. *e-flux Journal*, 24(4), 42–52.
- Vieira de Oliveira, P. J. S., & Miyazaki, S. (2022). Maschinelle intelligenz?! Stimmbiometrie als hörend-bestimmende medien-techno-logie. In A. Schürmer, M. Haberer, & T. Brautschek (Eds.), *Acoustic intelligence*. (pp. 99–124). Düsseldorf University Press. <https://doi.org/10.1515/9783110730791-007>
- Weizman, E. (2002, 23 de abril). *Introduction to the politics of verticality*. Open Democracy. https://www.opendemocracy.net/en/article_801jsp/
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Ece Canlı é artista e investigadora cujo trabalho explora as intersecções entre políticas corporais, regimes materiais e a construção socioespacial de género, sexualidade e identidade. É doutora em *Design* pela Universidade do Porto e atualmente é investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, onde investiga as condições espaciais, materiais e tecnológicas do sistema de justiça criminal, materialidades *queer*, *design* penal e feminismo abolicionista. É membro do conselho da ATGENDER (Países Baixos), integra o grupo de trabalho em Carceral Geography Working Group (Reino Unido), a SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e a plataforma Passeio, além de ser pesquisadora colaboradora em diversos projetos da European Cooperation in Science and Technology Action. Lecionou nacional e internacionalmente sobre temas como crítica de design, género, decolonialidade, literacia visual e semiótica, tendo publicado em diversos volumes editados e revistas científicas com revisão por pares. Como artista, trabalha com técnicas vocais expandidas, multimédia, eletrónica e corpo performativo, contando com um sólido conjunto de obras e vasta experiência em composição, direção artística e produção sonora para performances, exposições e filmes, tanto em colaborações quanto em projetos a solo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4827-0857>

Email: [ececانli@ics.uminho.pt](mailto:ececanli@ics.uminho.pt)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 – Gualtar, Braga, Portugal

Pedro J. S. Vieira de Oliveira é artista sonoro, pesquisador e educador cujo trabalho se dedica ao estudo da escuta e suas intersecções materiais com as violências da fronteira europeia. Em suas performances e instalações, síntese analógica, eco, distorção e *feedback* funcionam como explorações sobre os limites e as falhas da escuta humana e mecânica, bem como seus encontros com o corpo enquanto campo de batalha em questões de identidade e migração. Pedro J. S. Vieira de Oliveira expôs e apresentou trabalhos na Akademie der Künste Berlin, “European Media Art Festival”, “Send/

Receive Festival Winnipeg”, “CTM Festival”, Haus der Kulturen der Welt, Fondazione Merz Torino, Museo del Mare Palermo, “Festival Novas Frequências”, Akademie Schloss Solitude e no Max-Planck-Institute, entre outros. Na sua prática académica, foi bolsista no Leuphana Institute for Advanced Studies e no Helsinki Collegium for Advanced Studies, além de lecionar na Humboldt University Berlin e na Heinrich-Heine University Düsseldorf. Atualmente, faz parte do corpo docente convidado em Sound Studies and Sonic Arts na Universität der Künste Berlin. É doutor pela Universität der Künste Berlin.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8578-776X>

Email: pedro@oliveira.work

Morada: Sound Studies and Sonic Arts Department, Universität der Künste Berlin, Postfach 12 05 44, D-10595 – Berlin, Alemanha



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.